

ENTRE A DEFESA E A REGENERAÇÃO: ALTERNATIVAS E OPÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DA RAÇA NA DÉCADA DE 1920

BETWEEN DEFENSE AND REGENERATION: ALTERNATIVES AND OPTIONS FOR THE IMPROVEMENT OF THE RACE IN THE 1920'S

Marco Antonio Stancik¹

¹ Autor para contato: IBPEX - Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão - Curitiba; (42) 238-2920 - Ponta Grossa, PR, Brasil; e-mail: marcostancik@hotmail.com

Recebido para publicação em 16/09/2003

Aceito para publicação em 07/10/2003

RESUMO

A proposta do artigo é evidenciar os processos criativos, críticos, seletivos e originais de apropriação de teorias científicas, conforme revelados pelos homens de ciência da Primeira República. Para tanto, após um breve retrospecto de sua trajetória até o final da década de 1920, são analisadas algumas idéias defendidas por Aleixo de Vasconcellos, em contraposição às do médico eugenista Renato Kehl. Observa-se que em ambos os casos, existe o propósito de cuidar da raça e do futuro da pátria, ainda que se mostrassem divergentes quanto aos pressupostos e aos meios para se atingir tais fins.

Palavras-chave: Eugenia; Higienismo; Aleixo de Vasconcellos; Renato Kehl; historiografia da ciência

ABSTRACT

The aim of this article is to evidence the creative, the critical, the selective and the original processes for the appropriation of scientific theories, as revealed by the men of science of the First Republic. With this objective in mind, I first threw a quick retrospective glance at their trajectory up to the end of the 1920's, and then I analysed some of Aleixo de Vasconcellos's ideas, in opposition to the ideas of the eugenic Dr. Renato Kehl. I observed that in both cases there was the purpose of improving the race and the country's welfare, although they diverged as to the presuppositions and the means necessary to achieve this purpose.

Key words: Eugenics; Hygienics; Aleixo de Vasconcellos; Renato Kehl; historiography of science

1. Introdução

A política eugênica pretende a regeneração integral pela aplicação suasória, progressiva e combinada de medidas suaves, sem quaisquer propósitos draconianos ou cruéis. Não visa perseguir fracos, doentes, nem degenerados. Ao contrário, procura evitar o aparecimento desses infelizes que nascem para morrer, para sofrer e para sobrecarregar a parte produtiva da coletividade. Constitui a verdadeira política da felicidade, porque se esforça pela elevação moral e física do homem, a fim de dotá-lo de qualidades ótimas, de fornecer-lhe elementos de paz na família, na sociedade, na humanidade. (Kehl, 1939, p. 107-108)

Após conhecer as conclusões de seu primo Charles Darwin (1809-1882), expostas em *A origem das espécies*, o naturalista inglês Francis Galton (1822-1911) realizou estudos cujas influências vieram a estender-se século XX adentro. Dando origem a uma nova e controvertida área do saber, a eugenia, Galton afirmou trabalhar pela melhoria física e mental da raça humana, ou seja, pela regeneração racial do homem.

Originalmente, a eugenia representou “uma extensão às sociedades humanas das hipóteses de Charles Darwin (...) a respeito da evolução biológica” (Fernandes, 2000, p. 120).

... Galton, assim como Darwin, acreditava na *perfectibilidade* das raças humanas: todos os povos poderiam, teoricamente, alcançar os níveis de civilização apresentados pelos povos ‘mais avançados’, isto é, os europeus ocidentais. Seria irracional, contudo, esperar que a seleção natural ou a educação fizessem o serviço: cabia aos cientistas, pensava Galton, oferecer mecanismos que acelerassem o melhoramento racial, tal como se fazia na seleção artificial dos animais domesticados. Esse mecanismo deveria ser a eugenia, um conjunto de leis e métodos estatísticos (Galton foi um dos principais fundadores da estatística contemporânea) que favoreceriam a reprodução dos ‘melhores’ indivíduos (a elite) e impediriam a reprodução dos ‘menos aptos’ (classes e raças ‘inferiores’). (Ibid., p. 121, itálico no original)

Discorrendo acerca da importância de se impor obstáculos à reprodução dos representantes inferiores da raça, ou menos aptos, Galton esperava reverter os efeitos de um equívoco que ele dizia verificar-se nas sociedades civilizadas. Segundo suas conclusões, ao diminuir o rigor das leis naturais de seleção, a civilização estaria permitindo a sobrevivência também dos seres humanos menos aptos, os quais teriam perecido em tempos bárbaros (Limoncic, 2000, p. 158).

Observa-se contudo que, uma vez trazida para o Brasil, ainda no final do século XIX, a eugenia não foi simplesmente transposta, por assim dizer, em sua pureza original. A partir de então, ao servirem-se das proposições de Francis Galton, intelectuais e cientistas brasileiros fizeram muito mais que simplesmente “copiar” idéias. Um procedimento de adaptação e/ou reformulação original, criativo, crítico e seletivo teve lugar quando tentou-se divulgar e aplicar os princípios da eugenia no Brasil.

Um exemplo de como isso se verificou pode ser observado no período em que o médico e cientista Aleixo Nóbrega de Vasconcellos (1886-1961) atuou como chefe da Seção de Leite e Derivados, entre 1921 e 1933. Condição esta em que, por diversas razões, fez importantes opções diante das teorias e proposições então disponíveis ou valorizadas no Brasil, incorporando e/ou adaptando alguns princípios da eugenia.

Por conta disso, a década de 1920 foi um período em que Vasconcellos produziu ilustrativos trabalhos. Neles, foram apresentadas suas propostas em relação ao futuro do homem brasileiro, do país, e, não menos, da Seção de Leite. Esses trabalhos e suas singularidades ganham sentido se analisados no contexto, em meio aos debates e disputas em que foram apresentados.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que, referindo-se às faculdades de medicina baiana e carioca na década de 1920 – esta última à qual ligava-se Vasconcellos –, Schwarcz (1993, p. 236) aponta que em ambas as escolas observou-se “um projeto de cunho social e a imposição de uma visão médica sobre a sociedade”. Além disso, a eugenia teria sido um jargão comum às duas escolas na década de 1920, mas seu uso se daria diverso e contextual.

Atendo-nos à escola carioca, temos, conforme a autora:

... para a faculdade carioca, o reconhecimento da eugenia viabilizou a criação de novos espaços de atuação social. Amenizadas as funções dos médicos epidemiologistas, deslocados do centro das atenções, era como eugenistas que recuperavam seu papel social.

(...) no Rio [o discurso da eugenia] levou a uma atuação médica cada vez mais agressiva. Ou seja, habituados a liderar amplos programas higiênicos e campanhas de vacinação compulsória, pretendiam os médicos cariocas agora, com a implementação de medidas eugênicas, encontrar uma forma de continuidade em seu projeto de inserção social. Tratava-se de mais uma modalidade de controle, sendo que, neste caso, estava em questão a possibilidade de prever a futura geração do país e de eliminar a descendência não desejável.” (Id.)

Diante de tais afirmações, importa questionar de que maneira isso pode (ou não) ser observado no caso de Vasconcellos. Ou: como portou-se ele em relação ao discurso da eugenia? É isso o que se pretende evidenciar a partir do estudo em torno das idéias defendidas pelo médico e cientista brasileiro Aleixo Nóbrega de Vasconcellos, sob o pretexto de se fazer a “defesa da espécie”, no período em que esteve à frente da Seção de Leite. Suas proposições serão assim analisadas em contraposição às de Renato Kehl (1889-1974), um dos eugenistas brasileiros que mais se destacou na busca de soluções para os “problemas da raça” no Brasil.

Para tanto, permitimo-nos o uso de trabalhos deste último, produzidos em diferentes momentos, no intuito de evidenciar algumas das variações sofridas por sua perspectiva. Ainda que estas não sejam objeto da análise mais aprofundada que mereceriam.

2. Teorias, idéias e sua apropriação

Interessando-se em pensar as doutrinas raciais vigentes no Brasil entre 1870 e 1930, Thomas Skidmore (1989) propõe que a característica principal da adoção de tais teorias seria a imitação realizada pelos intelectuais brasileiros. Segundo suas palavras:

Os europeus não hesitavam em expressar-se em termos pouco lisonjeiros à América Latina e ao Brasil, em particular, por causa de sua vasta influência africana. Os brasileiros liam tais autores, de regra sem nenhum espírito crítico. E ficavam profundamente apreensivos. Caudatários, na sua cultura, imitativos, no pensamento – e cômicos disso – os brasileiros do meado do séc. XIX, como outros tantos latino-americanos, estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais da Europa. (Ibid., p. 13)

Utilizando o mesmo recorte temporal de Skidmore, mas dele divergindo, Lilia M. Schwarcz (1993) afirma ser seu intento:

... compreender como o argumento racial foi política e historicamente construído nesse momento, assim como o conceito *raça*, que além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social. O termo *raça*, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente negociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise.

O que se pode dizer é que as elites intelectuais locais não só consumiram esse tipo de literatura, como a adotaram de forma original. (...)

É na brecha desse paradoxo – no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento – que se acha a saída original encontrada por esses homens de ciência, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas. (Ibid., p. 17-18)

A intenção da autora é enfatizar a originalidade que teria caracterizado o emprego de teorias importadas pelos intelectuais brasileiros. Assim, conclui Schwarcz (Ibid., p. 242): “Falar da adoção das teorias raciais no Brasil implica pensar sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava.” E, mais adiante: “Não se trata de entender a adoção das teses raciais como mero reflexo, uma cópia desautorizada, mas antes indagar sobre seus novos significados contextuais, bem como verificar sua rela-

ção com a situação social, política, econômica e intelectual vivenciada no país.”

Trata-se, portanto, de adaptações e reconstruções, produzidas em diferentes momentos e lugares e por diferentes agentes e instituições, servindo a interesses e necessidades específicas. Tem-se assim versões, reconstruções e atualizações diversificadas de diferentes modelos. O que torna relevante a análise dos usos diversificados a que tais modelos foram submetidos, em geral combinando-se com outros.

Por isso, tendo em vista a produção da história das idéias, Francisco Falcon (1997, p. 113-114) destaca duas abordagens: as de natureza analítica e as classificatórias ou tipológicas. Atendo-nos às do primeiro tipo, as analíticas, temos, segundo Falcon, que estas “trabalham com algum tipo de pressuposto a respeito das relações, entendidas neste caso como reais ou necessárias, entre o universo das idéias – dito *intellectual* – e o universo do mundo social – a *sociedade*” (Ibid., p. 114 - itálicos no original).

Para muitos daqueles que optam por esta variedade de abordagem as noções de práticas e representações sociais ou coletivas adquirem especial importância. “O conceito-chave”, prossegue Falcon, “é então o de *representação* (Chartier) e as idéias/ideologias ingressam na ordem dos processos simbólicos (Bourdieu)” (Id. - itálicos no original). Destaque-se ainda que a descontinuidade constitui um pressuposto básico a orientar tais abordagens. Noção esta que nos remete a Foucault, com sua percepção de que a história deve ser a história das rupturas, e não das permanências. Mas remete, entre outros, novamente a Bourdieu e a Chartier, os quais igualmente insistem na descontinuidade histórica e social.

A ênfase em noções tais como práticas, representações e apropriação, desenvolvidas por Roger Chartier (1990; 1991), têm especial interesse, uma vez que pertencimentos distintos proporcionam condições diferenciadas a partir das quais os agentes e as instituições atribuem sentido. Chartier (1990, p. 16-17) destaca a importância de se buscar “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Afinal, defende o historiador francês, “os textos não são depositados nos objetos, manuscritos ou impressos, que os suportam como em receptáculos, e

não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole” (Ibid., p. 25). Os bens culturais, as obras, somente adquirem sentido “através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações” (Ibid., p. 59).

Importa portanto realizar-se a “análise das práticas que, diversamente, se apreendem dos bens simbólicos, produzindo assim usos e significações diferenciadas” (Chartier, 1991, p. 178). Desta maneira, segundo Chartier (Ibid., p. 180):

A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (...) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.

Portanto, ao analisar as proposições de Aleixo de Vasconcellos, importa perceber as “práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação” (Chartier, 1990, p. 28). Perceber como se dão, nos termos de Bourdieu, as relações entre estrutura e ator, entre o campo e os *habitus*, como ambos se influenciam mutuamente. Evitando-se, além do mais, aquilo que o sociólogo francês qualifica de “ilusão biográfica”, qual seja, a crença de que o agente evidencie uma unidade, em diferentes espaços e tempos, bem como a de haver uma linha de continuidade entre a infância e a idade adulta (Bourdieu, 1996, p. 74-82).

Além disso, tratar de um agente em particular permite-nos relativizar certas generalizações que, embora úteis e necessárias, tornam-se difíceis de constatar em sua inteireza nos casos individuais. Veremos assim que afirmações como “nas prédicas eugênicas apenas a educação sanitária não bastaria para modelar as paixões, para tornar a humanidade melhor” (Mota, 2003, p. 48) assumem variadas nuanças nos casos de Kehl e Vasconcellos.

Finalmente, e por se tratar da análise de como uma realidade social foi construída e interpretada por um cientista cujas idéias guardaram estreita relação com o órgão público por ele dirigido, cabe ainda ter em conta as conclusões do sociólogo francês Bruno Latour (2000). Este defende que, ao se analisar o trabalho do cientista, tenha-se em conta tanto a dimensão interna, quanto a externa ao laboratório. Ou seja, tanto a pesquisa propriamente dita, quanto os movimentos realizados no seu exterior. Estes últimos na forma de esforços para tornar a produção científica conhecida e reconhecida, buscando obter recursos, fazendo alianças, divulgando as descobertas.

É imprescindível, segundo o autor, tornar o conhecimento produzido conhecido e reconhecido como relevante tanto pelos pares/concorrentes, como pelo Estado e por toda a sociedade. Portanto, para Latour, o cientista deve realizar um trabalho de persuasão, fazer alianças políticas, estratégicas, institucionais com outros cientistas, laboratórios, agências governamentais e público em geral.

Por isso, é essa diversidade de trajetórias, de práticas e representações, em diferentes espaços sociais, que devemos privilegiar quando temos em vista a produção intelectual de um cientista. Por exemplo, ao analisarmos as reflexões de Aleixo de Vasconcellos relativas à “defesa da espécie”, ou a qualquer tema que suas obras possam ter abordado. Isso por considerarmos essencial ter-se em conta as “múltiplas possibilidades de apreensão social das construções científicas.” (De Luca, 1999, p. 154)

3. Aleixo de Vasconcellos: homem de ciência na Primeira República

Carioca nascido em 1886, Vasconcellos viveu seus primeiros anos entre o ocaso da Monarquia e o início da República. Em sua infância e juventude, percorrendo as ruas da cidade do Rio de Janeiro, conviveu com negros cuja liberdade fora recentemente con-

quistada, mas cuja incorporação à sociedade se deu de maneira muito lenta.

Ao final do século, certamente ouviu falar das garantias de igualdade e de cidadania estendida a todos por intermédio da Constituição republicana. Diferente disso, aquele foi um período de intolerância, particularmente visível em relação às manifestações populares. Especialmente àquelas que evidenciavam origens negras.

Em um contexto de rápido crescimento urbano, o qual trouxe as multidões como uma grande novidade, Vasconcellos foi uma das testemunhas da situação de penúria e abandono enfrentada pelas classes mais pobres.¹ Situação de verdadeira miséria, agravada pelas péssimas condições de saneamento, pelas doenças endêmicas e epidemias, que continuamente ameaçavam a saúde de toda a população, com maior intensidade nos grandes centros urbanos.

Entre a intelectualidade, verificavam-se manifestações de dúvidas em relação ao futuro do país. Na maior parte das vezes, apoiadas nas teses de inferioridade racial. Segundo estas, a miscigenação entre brancos, negros e índios teria gerado uma população racialmente inferior, degenerada, incapaz para o progresso e de adaptar-se à civilização. O que condenaria o Brasil a uma condição de atraso em relação às nações ditas civilizadas, além de industrializadas e ricas.

Intelectuais e “homens de ciência” – como então se intitulavam –, muitos deles médicos, vieram à público com semelhantes diagnósticos de atraso e degeneração. Via de regra, pensando saídas para o país, tendiam a propor que a solução estaria em regenerar a raça. Somente assim se abriria o caminho rumo à civilização e ao progresso.

Regenerar, no entanto, podia significar coisas muito diferentes. Segundo alguns, isso se daria mediante o “branqueamento”. Ou seja, favorecendo-se a entrada de imigrantes brancos “puros”, cujo sangue, misturando-se ao dos brasileiros, iria impor progressivamente as características ditas superiores da raça ariana.

A partir de meados da década de 1910, outra

¹ Segundo Carvalho (1997, p. 16-17), “em termos absolutos, tem-se que a população [da cidade do Rio de Janeiro] quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda de absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século. (...) Domésticos, jornalheiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas.”

proposta passou a ganhar terreno. Defendida por médicos de perfil higienista², propunha que importava estender a toda a população, nas cidades e nos “sertões”, o alcance da higiene, proporcionando-lhes condições de saúde, higiene e boa alimentação. A educação seria, neste caso, outra medida necessária, uma vez que, por seu intermédio, os hábitos higiênicos seriam difundidos.

Neste conturbado contexto – em meio aos conflitos entre o analfabetismo, miséria, doenças e o que qualificavam como atraso e ignorância das classes pobres, e os projetos ditos modernizantes, civilizatórios, regeneradores das elites –, Aleixo de Vasconcellos cresceu e formou-se médico no ano de 1907.

Formado pela faculdade do Rio de Janeiro, mais que um clínico, Vasconcellos fez-se atuante em uma grande diversidade de domínios. Ainda que sem a pretensão de empreender uma análise mais aprofundada, vejamos alguns dos cargos e atividades com os quais ocupou-se no período analisado.³

No início da década de 1910, Vasconcellos passou a atuar como bacteriologista no recém-criado Serviço de Veterinária, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Também era professor livre-docente de microbiologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1915, tornou-se Ajudante da Seção Técnica do Serviço de Indústria Pastoral⁴. Neste cargo, trabalhou na inspeção veterinária realizada no embarcadouro do porto da capital federal.

Atuou também como pediatra e médico legista. Em ambos os casos, trabalhou ao lado de médicos bastante prestigiados: Fernandes Figueira (1863-1928), no primeiro caso, e Afrânio Peixoto (1876-1947), no segundo, entre outros que ainda poderiam ser citados. Na medicina experimental, desenvolveu estudos relativos à disenteria ainda nos tempos da fa-

culdade, pesquisando sob a orientação de Oswaldo Cruz. Anos depois, em 1918, foi reconhecido como o precursor, no Brasil, no tratamento da coqueluche, desenvolvendo um medicamento ao qual denominou *Pertussol*.

Em 1921, foi nomeado chefe da Seção de Leite e Derivados, do Ministério da Agricultura. O órgão acabara de ser criado e Vasconcellos permaneceu como seu chefe até a extinção do mesmo, ocorrida em 1933, quando aquele ministério foi reorganizado. Nesse período, foi reconhecido no Brasil e no exterior como autoridade nos estudos relativos ao leite. Condição esta na qual representou o país em congressos no exterior, além de presidir e organizar conferências no Brasil.⁵

No ano de 1922, criou e fez-se redator-chefe e mais assíduo colaborador da revista *Leite e Laticínios*, primeira publicação dedicada ao tema no Brasil. Sua circulação, embora em meio a dificuldades, se estendeu até dezembro de 1924.

Dedicou-se também à farmacologia, tendo desenvolvido um novo corante para estudos de microbiologia, o *Azurool*. Este, bem como o *Pertussol*, entre outros medicamentos, passaram a ser produzidos e comercializados pelo *Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas Dr. Aleixo de Vasconcellos*, por ele instalado em 1924.

4. A defesa da espécie na Seção de Leite e Derivados

Ao que tudo indica, foi a partir de sua inserção em determinados espaços institucionais que Vasconcellos trouxe à público a maioria de suas idéias e proposições. Por exemplo, como sócio efetivo e ora-

² Por higienismo compreende-se um perfil particular da prática médica, resultante do desdobramento do conhecimento médico em especialidades. Segundo Pereira Neto (2001, p. 50), suas duas principais características são “o caráter científico da atividade e o sentido coletivo de sua prática”. Sentindo-se incumbidos de zelar pelo progresso do país, acreditavam que “a doença era a causa da miséria e não a miséria a causa da doença” (Pereira Neto, 2000, p. 406). Perfil este, como veremos, com o qual Vasconcellos guardava estreitas relações.

³ Maiores informações sobre essa trajetória podem ser encontradas em Stancik (2002).

⁴ Em janeiro de 1915, através do Decreto nº 11.460, do Governo Federal, o Serviço de Veterinária foi extinto, criando-se o Serviço de Indústria Pastoral, que também estava subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

⁵ Na década de 1920, no exterior, Vasconcellos foi representante oficial do Brasil no Primeiro Congresso Internacional de Febre Aftosa (Argentina, 1920) e no Congresso Internacional de Leite e Laticínios (Estados Unidos, 1923); no Brasil, foi presidente e organizador do Segundo Congresso Internacional de Febre Aftosa (1922) e da Primeira Conferência Nacional de Leite e Laticínios (1925), ambos realizados na capital federal.

dor oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro⁶, ou como chefe da Seção de Leite e Derivados.

Nesta última condição, tendeu a ir acentuando a ênfase na alfabetização e na educação popular, nela inclusa a higiênica, a qual passou a ser por ele apresentada como o grande recurso para a salvação para o país. No entanto, para sua maior eficiência e melhor proveito, dizia ser indispensável fazer-se a prévia alfabetização de toda a população brasileira.⁷

Antes de buscarmos perceber a importância da educação popular para Vasconcellos, vejamos como outros homens de ciência posicionaram-se a respeito. Iniciemos por Arthur Neiva (1880-1943), um dos mais destacados médicos de perfil higienista que, no entanto, divergindo do pensamento de Vasconcellos, mostrava-se céptico quanto à eficácia da alfabetização entre as classes populares. Na década de 1920, propondo que apenas às elites seriam devidas as grandes obras humanas, acrescentou: “Um povo inteiro poderá garatujar e soletrar, tais aquisições, porém, não o transformarão em gente culta.” (Neiva, s.d., p. 216)

Avancemos alguns anos, adentrando a década seguinte. Então, Renato Kehl, outro nome médico de destaque e um dos mais notórios defensores da eugenia no Brasil, assim se manifestou:

... a educação e as influências favoráveis do meio não são suficientes para melhorar a situação genética da coletividade, porque ambas afetam tão somente, o desenvolvimento do indivíduo e não a constituição da espécie humana. Essas influências são, por conseguinte, temporárias, devendo ser repetidas em cada geração. Não fazem o milagre de *criar* ‘bons caracteres’, apenas *revelam* ‘bons caracteres’, quando estes existem.

(...) A educação, tão somente, elucidando, convencendo, não conseguirá a regeneração humana. Impõem-se medidas outras de maior

alcance, que influam na sua individualidade genética. Só as medidas eugênicas, atuando sobre as modalidades das aptidões hereditárias, garantem condições ótimas ao gênero humano, porque elas agem efetivamente, intrinsecamente, sobre os elos da cadeia da vida representados pelas células da imortalidade ou células da reprodução. (Kehl, 1939, p. 107-108, itálicos no original)

Renato Kehl, formado em Farmácia em 1909, e em Medicina seis anos após, foi, ao lado de Arthur Neiva, um dos fundadores da Sociedade de Eugenia de São Paulo, em 1918. Foi ainda um grande divulgador das idéias de Galton no Brasil, segundo o qual a inteligência, o talento, a vocação, assim como as características degeneradas, eram transmitidas dos pais para os filhos, por meios biológicos. (De Luca, 1999, p. 152)

Sendo assim, e tendo em vista que a educação seria incapaz de regenerar corpos biologicamente inferiores, Kehl “deixava fora de cogitação os ‘mal dotados’, os degenerados física e mentalmente, as famílias com proles portadoras de males eugenicamente condenados. A esses restaria a assistência física e mental a ser dispendida pelo Estado” (Vilhena, 1993, p. 85). Manifestava assim uma visão sob certa influência do darwinismo social, sugerindo que, à semelhança do mundo natural, as sociedades humanas deveriam zelar pela sobrevivência dos mais aptos.⁸

Não obstante, em 1922, Vasconcellos e Renato Kehl estiveram lado a lado como membros da Seção de Medicina Social, no transcorrer do Primeiro Congresso Nacional dos Práticos. O evento foi organizado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e contou ainda com muitos outros nomes da elite médica brasileira.⁹

Na ocasião, Kehl (1923) falou em defesa da “regeneração humana”, ou “aperfeiçoamento da espécie”, em nome do “progresso de um povo”. Tendo em vista

⁶ Entre outras, Vasconcellos pertenceu à Sociedade Brasileira de Pediatria, Sociedade Brasileira de Microbiologia, Associação Brasileira de Educação, Sociedade Nacional de Agricultura, American Public Health Association, Confederação Internacional de Leite, entre outras entidades. Em junho de 1935, foi eleito para a cadeira número 89 da Academia Nacional de Medicina, passando a ocupar a vaga decorrente da morte de Carlos Chagas.

⁷ Outros nomes do campo médico e com reconhecimento nacional fizeram-se defensores da alfabetização e da educação popular. Miguel Couto (1865-1934), Moncorvo Filho (1871-1944) e o eugenista Belisario Penna (1868-1939) são significativos exemplos.

⁸ Um breve e esclarecedor verbete sobre o darwinismo social pode ser consultado em Fernandes (2000).

⁹ Sobre o Primeiro Congresso Nacional dos Práticos, ver Pereira Neto (2000; 2001).

aqueles objetivos, enfatizou o papel da hereditariedade. Esta deveria ser trabalhada visando “tornar a raça cada vez mais forte, vigorosa e bela”.

Antes de seguirmos adiante, convém alguns esclarecimentos. Marques (1992, p. 13) situa o pensamento de Kehl na perspectiva do darwinismo social, ao passo que Castañeda (1998, p. 38-39) é enfática no sentido contrário. Além disso, Vilhena (1993) conclui que, na perspectiva deste, não se poderia falar em eugenia da raça através da educação. Ainda assim, em 1922 ele afirmou “instruir é eugenizar, sanear é eugenizar” e ainda postulou a “desumanidade inútil do neo-darwinismo” (Kehl, 1925, p. 876, 877). Parece-nos que, em parte, isso se deveu à forte influência sobre ele exercida pelo movimento sanitarista dos anos 1910-20.

Cabe, no entanto, ter-se em conta que essas certezas foram por ele revistas. Assim, tempos depois e por motivos que não cabe analisar aqui, Kehl tanto tendeu mais nitidamente ao darwinismo social, quanto passou a minimizar os benefícios da educação. Sendo assim, já na década de 1930, e sempre pensando em regenerar, tornar vigorosa e bela a raça, julgou ser necessário tomar-se algumas medidas. Segundo o médico: “Para aumentar o *stock* destes tipos, isto é, de indivíduos eugenicamente sadios, ativos, inteligentes, audazes, cheios de iniciativa e de tenacidade, elevando, portanto, a média dos valores humanos, existem dois únicos processos: o fomento da fecundidade dos indivíduos de melhor estirpe e a restrição da prolicidade dos medíocres e inferiores.” (Kehl, 1939, p. 110)

Independente das vontades individuais, o importante seriam os interesses e necessidades da pátria – neste caso, revelados pelos médicos eugenistas. Por isso, visando o desenvolvimento de uma raça superior apta a trabalhar pelo progresso e criação de riquezas, somente os melhores exemplares da espécie deveriam procriar.

O ensino, nessa perspectiva de Kehl, apresentava importância no sentido de tornar conhecidos pela população os meios por intermédio dos quais se favo-

receria a “reprodução de tipos melhorados”, ou como se poderia obter a “multiplicação dos caracteres biológicos de aperfeiçoamento” das raças humanas (Kehl, 1923, p. 36).

Além disso, o ensino, a educação e a instrução higiênica somente teriam pleno êxito se dirigidos a indivíduos superiores em termos eugênicos. Isso ficou bastante claro em outro trabalho por ele publicado. No livro *Aparas eugênicas*, Kehl defendeu a organização de uma escola onde as elites eugênicas, em regime de internato, se manteriam ao abrigo das más influências da sociedade. “Essa ‘escola-lar eugênica’, para Renato Kehl, teria o objetivo precípua de formar a nata do povo brasileiro, já que a grande maioria se achava desprovida das capacidades necessárias para vir a exercer qualquer tipo de liderança na sociedade.” (Vilhena, 1993, p. 90)

Por sua vez, falando aos participantes do Congresso dos Práticos, Aleixo de Vasconcellos trabalhou o tema *Luta contra o analfabetismo*. E, em termos dramáticos, qualificou o analfabetismo como um “fantástico inimigo que embrutece a alma, compromete a saúde, nulifica a espécie, avilta os ideais, enfraquece o país” (Vasconcellos, 1923, p. 482). Verifica-se que, diferente de Kehl, Vasconcellos apontava para o analfabetismo como o grande mal a ser evitado ao se pensar no futuro da espécie e do país.

Ao abordar o tema, Vasconcellos inicialmente discorreu acerca da educação na Antiguidade, citando o modelo espartano como exemplo, e apoiando-se na autoridade de autores como Fustel de Coulanges, Sófocles e Platão. Em seguida, passou a referir-se ao Brasil dos tempos coloniais. José de Anchieta e Manoel da Nóbrega¹⁰ foram por ele destacados pelo trabalho em favor da evangelização e civilização dos indígenas.

Além do “erro colonial do desinteresse pelo ensino primário”, Vasconcellos prosseguiu enfatizando o “erro da descentralização” cometido após a Independência, e o “erro da enorme desproporção entre o ensino secundário e superior e o elementar ou primário”. Com a República, sua expectativa era a de que não tardasse muito “a solução do problema do analfa-

¹⁰ Mais à frente Vasconcellos citou e apoiou-se na autoridade de uma plêiade bastante eclética, da qual faziam parte, entre outros: Ruy Barbosa, Alfredo Elis, Arthur Bernardes, Oliveira Lima, Manoel Bomfim, Carneiro Leão, Almeida Júnior.

betismo”, e que se desse logo “o combate sem tréguas e por todos os meios à ignonímia do analfabetismo” (Ibid., p. 477-480).

Em seguida, Vasconcellos se propôs a esclarecer que, ao combater o analfabetismo, tinha por objetivo o problema do saneamento do Brasil. São suas as palavras:

O problema do saneamento do Brasil pela educação popular envolve duas questões importantes: a da alfabetização do povo e a do ensino sistemático das noções capitais de higiene nas escolas e ao público leigo. Para a solução da primeira salta aos olhos a soma vultuosa que semelhante empreendimento acarreta. Mas, se para a realização deste ideal bastasse apenas dinheiro, não se poria dúvida em considerá-lo atingido. Porque não se gasta instruindo-se o povo, capitaliza-se, criando-se novas fontes de riqueza que asseguram a formação de uma raça sadia e vigorosa, para o triunfo decisivo de uma nação. (Ibid., p. 480)

Percebe-se assim a associação feita por Vasconcellos entre educar a população e garantir o futuro da raça e do país. Tanto ele quanto Renato Kehl diziam-se, portanto, ocupados em trabalhar pelo futuro do país e em favor da raça. Voltemos às idéias deste último. Citando Leonard Darwin (1850-1943), filho de Charles Darwin e um dos líderes da *Eugenics Society*, de Londres, Renato Kehl foi taxativo: “Quando os matrimônios entre indivíduos superiores, no sentido eugênico da palavra, forem mais fecundos que os entre indivíduos inferiores, a nação estará em progresso; no caso contrário, estará em decadência.” (Kehl, 1923, p. 36) Ou seja, para Kehl, progresso era sinônimo de raça eugênica. E, como vimos, este médico tendeu a relativizar a influência da educação como procedimento eugênico.

Por sua vez, pregando em favor da alfabetização, da educação, da instrução higiênica, Vasconcellos também afirmou estar trabalhando em favor do progresso de sua pátria. Afinal, sanear o país e dotá-lo de uma raça vigorosa e saudável através da educação po-

pular significava, em seu entender, dar dois decisivos passos para a construção de uma nação civilizada, moderna, próspera.

Esse objetivo, afirmou, somente seria alcançado mediante a alfabetização do brasileiro. Alfabetizado, estaria ele finalmente em condições de superar seu estado de ignorância, do qual resultariam sua miséria, falta de saúde e de vigor físico, e sua pouca produtividade. Somente assim o Brasil poderia se constituir uma nação triunfante e se tornaria possível superar-se a “courage da ignorância” que Vasconcellos afirmou caracterizar os habitantes dos sertões brasileiros.¹¹

Percebemos que a formação de uma raça vigorosa e com seu futuro garantido era desejo tanto de Kehl quanto de Vasconcellos. Mas por vias diferentes, embora ambos indicassem como central a atenção dirigida à hereditariedade. Kehl, como vimos, propondo que somente espécimes superiores poderiam transmitir características superiores à sua descendência. Vasconcellos, acreditando que, via educação, o homem adotaria novos hábitos higiênicos. E assim se faria mais forte, saudável, produtivo. Essa condição superior, esse seu estado de saúde e conseqüente disposição ao trabalho e ao progresso seriam legados à sua prole.

Isso nos conduz às conclusões de Nancy Stepan (1990), corroboradas por De Luca (1999, p. 230-231) e Castañeda (1998). Segundo propõem as historiadoras, a crença de base neolamarckiana na herança de caracteres adquiridos se fez presente de forma muito acentuada no Brasil, no período que estamos tratando. E teria se estendido tanto a higienistas, quanto aos eugenistas. As teorias aceitas no Brasil sobre a hereditariedade foram, assim, norteadas em grande parte pela certeza de que pais – ou reprodutores – saudáveis, bem alimentados, higiênicos, legariam à sua descendência características superiores, evitando-se a degeneração da raça, contribuindo para o aperfeiçoamento genético.

Mas não podemos esquecer as variações que o pensamento de Kehl foi sofrendo em favor de uma perspectiva cada vez mais intolerante:

¹¹ Conforme Hochman (1993, p.57), Afranio Peixoto, ao lado do qual Vasconcellos atuou como legista, afirmou que, de tão próximos, os sertões começavam onde terminava a Avenida Central.

Uma política eugênica terá, pois, de se desenvolver, considerando a *espécie*, o todo e não a *unidade*, o *indivíduo*. Instrução, educação, conforto, progresso beneficiam o indivíduo, sem vantagem genética para a descendência; seleção matrimonial, exame pré-nupcial, fomento da paternidade digna, retardamento da paternidade duvidosa, impedimento da paternidade indigna, limitação da natalidade em casos indicados, proteção às famílias de ‘bem-dotados’, segregação, esterilização, imigração selecionada, cruzamentos eugênicos, com impedimento para os disgênicos, consciência eugênica, esta última difundida nas escolas, nas casernas, nos lares, beneficiam geneticamente a espécie. (Kehl, 1939, p. 108, *itálicos no original*)

E mais adiante defendeu que o cruzamento entre diferentes raças resultava em prejuízo à descendência. Pretendendo fazer a divulgação das “vantagens do casamento dentro da mesma raça, da mesma classe e, quanto possível, dentro da profissão paterna ou da vocação predominante na família”, acrescentou que

... a mestiçagem é dissolvente, desmoralizadora e degradante, prejudicando, portanto, o espírito superior visado pela procriação eugênica. É indiscutível o antagonismo e mesmo a repulsa sexual existente entre indivíduos de raças diversas. Só motivos acidentais ou aberrações mórbidas fazem unir-se v. g. um branco com uma negra ou vice-versa. E o produto deste conúbio nasce estigmatizado não só pela sociedade, como, sobretudo, pela natureza; está hoje provado, não obstante a grita de alguns cientistas suspeitos, que o mestiço é um produto não consolidado, fraco, um elemento perturbador da evolução natural.” (Kehl, 1939, p. 120-121)¹²

Sendo assim, proporcionar boas condições de saúde a representantes inferiores da espécie não seria uma medida capaz de conduzir à regeneração da raça.

Destaque-se assim a diferenciação proposta por De Luca (1999, p. 152), segundo a qual, “Diferentemente da higiene, cujos esforços se concentravam na

melhoria das condições de vida e trabalho dos indivíduos, a eugenia tinha como meta organizar, facilitar e acelerar os efeitos da seleção natural no âmbito da espécie humana.” O que, de qualquer forma, não impediu que higienistas fizessem eco a determinados princípios da eugenia.

Por isso, voltemos a Vasconcellos, percebendo mais alguns aspectos da relação por ele estabelecida entre alfabetização, educação higiênica e hereditariedade. Segundo suas palavras (1923, p. 484), quem não soubesse ler e escrever não poderia “reter, nem compreender, nem explicar o que viu e ouviu diferente dos seus hábitos ordinários, das suas idéias entranhadas, do que lhe cantam aos ouvidos todos os dias os seus pais cheios de abusões e credices e mergulhados na mais negra escuridão.” Ou seja, na sua perspectiva, a educação, ferramenta destinada a inculcar hábitos saudáveis, somente seria possível mediante a prévia alfabetização. Sem esta, sua ação seria de reduzido efeito.

Afinal, prosseguiu Vasconcellos, tanto o adulto, como a criança analfabeta não se mostrariam em condições de aproveitar convenientemente a instrução higiênica. O analfabetismo, impossibilitando-os de ter mais continuado acesso aos saberes higiênicos, faria com que permanecessem dominados pelos hábitos e saberes disseminados pela sociedade, “por conceitos absurdos” (Ibid., p. 485) que os tornariam doentes e, por extensão, improdutivos.

Ao referir-se a tais saberes e hábitos que taxava de absurdos e que pretendia combater, Vasconcellos propunha que todo o cotidiano da população devia ser disciplinado com base nos saberes médico-científicos. Assim, revelou-se preocupado com a higiene do brasileiro no que se referia ao seu duplo aspecto de asseio e de estado de hígidez. A alimentação, o sono, o banho, entre outros detalhes do dia-a-dia da população, pregou o médico, deveriam alterar-se em favor da “defesa da espécie” (Vasconcellos, 1924b, p. 164).

Alfabetizar, portanto, era o primeiro passo para a superação de hábitos arraigados, criticados como nocivos à raça. Em outras palavras, um primeiro passo

¹² Não obstante, havia afirmado anos antes, revelando uma ótica mais sanitarista, “Ninguém poderá afirmar a inferioridade dessa raça mesclada dos nossos sertanejos. Os caboclos são – sem vermes nem maleita, sem sífilis nem a intoxicação alcoólica –, podemos dizer, o padrão do homem eugenizado, e como eles, resistentes às grandes fadigas, às intempéries, à fome, não há muitos na terra.” (Kehl, 1925, p. 883)

para a defesa da espécie. Defendê-la, pressupunha alfabetizar, ensinar higiene, oferecer condições de saúde. Daí resultaria uma descendência saudável, vigorosa, pois Vasconcellos entendia que pais saudáveis iriam gerar filhos também saudáveis. E isso sem revelar maiores preocupações em saber se houvera mestiçagem ou não.

Mas a saúde, uma vez alcançada, deveria ser preservada. E isso somente seria possível na presença de hábitos higiênicos. Portanto, segundo o credo de Vasconcellos, os pais tanto deveriam legar a seus filhos boas condições de saúde, quanto transmitir-lhes hábitos higiênicos. E assim uma população originalmente doente, fraca, improdutiva, atrasada iria superando aquela condição. Em seu lugar, uma raça forte, saudável, progressista nasceria.

Importava, pois, alfabetizar, educar, transformar hábitos, impor a higiene. Assim teria de ser o trabalho em defesa da raça defendido por Vasconcellos. A educação, modificando hábitos, não apenas transformaria para melhor as gerações no presente, como seria a garantia de que as futuras também seriam gerações de homens vigorosos.

Aqui tocamos um ponto que deve ter apresentado significativa importância na construção das idéias e das propostas defendidas por Aleixo de Vasconcellos. A década de 1920, ao que tudo indica, foi um período durante o qual a chefia da Seção de Leite e Derivados teve um papel decisivo – o que não quer dizer exclusivo – nesse processo. Acompanhar, mesmo que brevemente, como se deu a construção de sua percepção tendo em vista o homem e a sociedade de então pode ser esclarecedor.

Na chefia daquele órgão público, Vasconcellos foi assessorado por inspetores de leite e laticínios, os quais atuavam em diferentes pontos do país.¹³ Uma hipótese que se levanta é que estudando como produtores, distribuidores, consumidores e mesmo médicos relacionavam-se com o leite, Vasconcellos obteve importantes elementos que compuseram a sua visão sobre a sociedade brasileira, naquele período. Elementos que se fizeram presentes na construção de seus

diagnósticos e, não menos, nas soluções que defendeu. Na construção desse saber, serviu-se tanto de sua experiência direta – adquirida nos sertões do Brasil e mesmo no exterior, com destaque para os Estados Unidos –, quanto daquela decorrente do trabalho de seus inspetores, espalhados por todo o país.

Com base nessa experiência, diagnosticou, discursando na abertura Primeira Conferência Nacional de Leite e Laticínios, por ele presidida e organizada:

Importa porém este grande problema alimentar em finos detalhes, que lhe emprestam real complexidade. É preciso ao mesmo tempo que amparar a indústria e indicar os processos que devem regular a exploração comercial e industrial, atuar junto ao público no sentido da intensificação do consumo.

Não é esta uma fórmula imaginária. A experiência norte-americana já demonstrou a sua eficiência. Não basta o esforço insulado dos governos pelo desenvolvimento industrial, facultando regalias aos interessados, não só para o aperfeiçoamento dos rebanhos como das fábricas; é necessário, para que não seja de balde o interesse tomado pelos governos, que os favores sejam bem aproveitados pelos criadores e produtores. Isto, porém, só é possível mediante uma intensa campanha educativa pela palavra e por todos os processos de demonstração objetiva de efeito persuasivo e imediato. A propaganda escrita não dá o resultado desejado. Falta aos nossos patrícios o hábito da leitura. Este lastimável feito é um formidável entrave ao progresso. Em alguns países se verifica também o mesmo mal, que não se percebe tanto porque os métodos educativos são muito generalizados.

Junto dessa campanha deve caminhar outra, a de instrução popular. Dizer ao público o que é o leite, quais as suas propriedades, como deve ser ele tratado e remover preconceitos ... (Conferência Nacional de Leite e Laticínios, 1926, p. 17)

Tudo estava por ser feito, e isso tornava mais complexa a tarefa de Vasconcellos ao tentar imprimir à

¹³ O oitavo artigo da Lei 14711, que criou a Seção de Leite e Derivados, estabeleceu o funcionamento de “sete inspeções de leite e derivados, sendo duas nos estados do norte (Espírito Santo a Pernambuco e Paraíba ao Amazonas), uma em cada um dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, e uma compreendendo os Estados do Paraná e Santa Catarina” (BRASIL, 1922, p. 73).

Seção de Leite um perfil voltado a educação higiênica da população.¹⁴ A ensiná-la como produzir e como consumir aquele que ele dizia ser o “principal alimento” (Vasconcellos, 1924b, p. 166) em condições ideais ao fortalecimento da raça. Caso contrário, os serviços prestados pelo órgão por ele dirigido seriam de todo ineficazes, como ele mesmo reconheceu (Conferência Nacional de Leite e Lactínicos, 1926, p. 163).

Ao defender proposições dessa natureza, o cientista apoiou-se nas conclusões a que chegou o médico Antonio de Almeida Junior, em sua tese de doutoramento. Intitulada *O saneamento pela educação*, a tese foi defendida em 1922, mesmo ano em que Vasconcellos apresentou o trabalho no Congresso dos Práticos.

Conforme resume Pimenta Rocha (2003), o trabalho de Almeida Junior estabelecia que a educação higiênica, destinada a transformar hábitos, deveria ter lugar na infância. A “plasticidade” desta, em contraposição ao “enrijecimento” verificado na idade adulta, possibilitaria que as crianças, uma vez colocadas sob a influência da educação higiênica, adquirissem hábitos que contribuiriam para a defesa da sua saúde. Já na idade adulta, uma vez perdida aquela plasticidade dos tempos da infância, o médico entendia serem quase nulas as possibilidades de se obter sucesso, pois os hábitos – maus hábitos – já estariam instalados.

A experiência de Aleixo de Vasconcellos parece ter-lhe confirmado as conclusões a que chegou Almeida Junior. Na direção da Seção de Leite, Vasconcellos afirmou observar a resistência da população aos procedimentos higiênicos que se pretendia impor. Essa resistência ele atribuiu aos maus hábitos por ela adquiridos ainda na infância. “Defeito” este que viria “dos pais, dos avós, do meio social” (Vasconcellos, 1924b, p. 163). Por isso, por acreditar ser muito difícil superar hábitos na idade adulta, ele passou a propor que toda a atenção deveria ser voltada às crianças. A plasticidade de seus cérebros seria ideal para a inculcação de hábitos higiênicos, os quais fariam vigorosas as futuras gerações, trabalhando em defesa da espécie.

Essas conclusões levaram Aleixo de Vasconcellos a afirmar ser necessário o trabalho destinado a estender urgentemente a educação a todos os cantos do país. Educação, portanto, que viria a cumprir o papel de transformar os hábitos da população em favor da higiene e da defesa da raça.

Não seria fácil, como ele mesmo reconheceu. Mas, revelando-se um otimista quanto aos futuros do país e ao papel que os saberes médico-científicos poderiam exercer sobre sua realidade sociocultural, ele afirmou plenamente realizável aquela “missão”. Exemplo desse seu otimismo, mesmo diante da grandiosidade da tarefa que acreditava ter pela frente, pode ser encontrado em seu discurso como orador oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, transcrito pelo *Diário de Medicina*:

Tantos são os vícios arraigados, os preconceitos, as abusões e tão forte o desinteresse de boa parte da população pelo desenvolvimento de qualquer esforço em seu próprio benefício, que se torna pesadíssima a tarefa, principalmente pela demora do tempo que exige, de se atacar o problema do saneamento do Brasil exclusivamente segundo o conceito moderno de educação e instrução higiênica popular. (...)

Será possível removê-lo, deixar livre o caminho à passagem dessa cruzada regeneradora? Acredito possível. Armar-se os missionários de cartilhas e tanto basta para desfraldar-se a flâmula redentora. Ensinar a ler e ensinar higiene. Ao lado, praticar medicina: curar os enfermos e defender os sãos do contágio e da infecção, pelos processos que a ciência já legitimou.” (Diário de Medicina, 1924, p. 2)

Era necessário, no entanto, que não se perdesse tempo. Diagnosticando a insuficiência de escolas então disponíveis no Brasil para tão grandiosa obra, Vasconcellos alertou que não se poderia simplesmente aguardar a sua construção em número suficiente, pois isso retardaria ainda mais um processo que devia ser desencadeado com a maior urgência possível. A saída por ele encontrada foi lutar por fazer “todas as forças

¹⁴ Segundo Vasconcellos, as duas grandes atribuições da Seção de Leite eram a produção de estudos cientificamente fundamentados e a divulgação daqueles saberes, modificando hábitos em benefício da população e do progresso do país.

do país” convencidas da importância da educação. Essas forças eram os governantes, religiosos, militares, empresários, fazendeiros, que deveriam dar todos a sua parcela de contribuição.

Para tanto, esclareceu Vasconcellos, deveriam ceder espaços para instalarem-se salas de aula. Enquanto isso, as escolas seriam construídas. Sua certeza era que “A construção sistemática de prédios escolares como condição fundamental da campanha contra o analfabetismo retarda os resultados almejados. Onde houver igrejas, casas familiares, edifícios públicos ou fábricas, aí estão as escolas.” (Vasconcellos, 1923, p. 483)

Ao menos em boa parte, tais propósitos indicam ter relação com o seu trabalho na Seção de Leite. Na percepção de Vasconcellos, a ignorância e maus hábitos revelados por fazendeiros, ordenhadores, distribuidores, comerciantes e consumidores comprometia, quando não inviabilizava totalmente o bom andamento dos trabalhos da Seção de Leite. Isso era considerado tanto mais grave por ser o leite, segundo Vasconcellos, o principal alimento. Alimento cujo bom uso favoreceria a defesa da raça e que, deixando de ser consumido, ou sendo indevidamente utilizado, comprometeria aquele nobre empreendimento.¹⁵

O analfabetismo e a ignorância dos habitantes tanto dos sertões como das cidades eram percebidos como empecilhos que se colocavam à difusão de procedimentos higiênicos no trato do leite – a respeito dos quais Vasconcellos tratou em vários estudos. Com isso, enquanto não se fizesse a educação popular desde a infância, o cientista entendia serem muito grandes e de poucos resultados os esforços por ele empreendidos à frente da Seção de Leite.

Naquele cargo, tudo era por ele resumido como uma questão que, além da produção de conhecimentos cientificamente fundamentados, envolvia ainda a sua divulgação e uso por toda a população. Esses conhecimentos de nada serviriam se não extrapolassem os limites do laboratório. Por isso, cientistas como Aleixo de Vasconcellos deviam colocar-se à frente na condu-

ção dos homens, ensinando-lhes os verdadeiros caminhos, em relação aos quais o analfabetismo os mantinha muito distantes.

Para Vasconcellos, essa era a dupla missão que cabia aos homens de ciência: produzir conhecimentos e ensinar aos homens com base naqueles saberes. Assim procedendo, estariam servindo à pátria, e mesmo à humanidade, auxiliando-as na sua caminhada rumo ao progresso.

Nobre missão que demandava muito sacrifício. Missão que Vasconcellos atribuiu-se ao se colocar à frente da Seção de Leite e Derivados, onde, mais que pesquisar sobre o assunto, afirmou ser imprescindível alterar hábitos, ensinar, defender a raça. Ou seja, a adoção de hábitos higiênicos deveria dar lugar a novas características, que tornariam o homem mais forte e saudável. E isso seria legado aos seus filhos, beneficiando-se a raça. Tudo isso, porém, teria início a partir da alfabetização, e não de medidas como a seleção matrimonial, impedimento da paternidade entendida como indigna, esterilização, e outras, defendidas por Kehl.

Portanto, alfabetizar era o primeiro passo a ser dado para que se tornasse possível modificar hábitos, defendendo a espécie e, mais que isso, trabalhando pela pátria. Por isso havia, segundo Vasconcellos, uma relação direta entre o futuro da nação e os trabalhos do órgão público sob a sua responsabilidade, incumbido de cuidar do leite, o principal dos alimentos, e do seu uso higiênico. Ambos apareciam vinculados nas proposições do cientista.

Nesse sentido, atribuir ao analfabetismo a culpa por todos, ou quase todos os males enfrentados pela população – a ignorância, o atraso, a falta de saúde, a resistência aos ensinamentos da Seção de Leite – era também explicar as razões da pouca eficiência daquele órgão público em ensinar o correto à população. Pouca eficiência que ele mesmo reconheceu, mas cuja causa atribuiu, em grande parte, à ignorância e resistência do povo analfabeto, e nunca à inoperância daquela repartição.

¹⁵ Em um dos trabalhos em que fez a divulgação das virtudes que atribuía ao leite, Vasconcellos exortou: “Dê leite puro e limpo aos seus filhos que eles crescerão fortes e com saúde e adquirem resistência para lutarem contra as doenças. Poupe em outras coisas, não em leite, o melhor dos alimentos para as crianças.” (Vasconcellos, p. 68) Em outra oportunidade, assim se expressou: “Graças ao leite, em perfeitas condições, reconfortam-se as crianças, reparam-se os distúrbios renais que encurtam a vida do homem, já tão curta de si mesma e desintoxicam-se os organismos inveterados em alimentações malsãs.” (Conferência Nacional de Leite e Lactínicos, 1926, p. 16)

Pregar pela alfabetização foi assim uma estratégia que, em nome dos interesses da nação, reforçava também os da Seção de Leite. Ou, poderíamos também dizer, um trabalho realizado no exterior do laboratório em favor do reconhecimento e da continuidade das pesquisas empreendidas no seu interior. E, como vimos, defendido por intermédio de idéias e proposições singulares.

5. Considerações finais

Se o movimento higienista, ainda em meados da década de 1910, foi capaz de repensar a origem das mazelas vividas pela população, associando-as às más condições de saúde e saneamento e ao descaso das autoridades políticas, isso não significou a superação definitiva da perspectiva racial. Diferente disso, idéias cujas origens encontram-se na segunda metade do século XIX ainda prosseguiriam orientando o pensamento e a atuação de vários defensores da eugenia, e mesmo de higienistas no Brasil.

Isso nos mostra que a convivência, ou melhor, o conflito ou mesmo a combinação entre teorias diferentes e divergentes é uma das características do período. Que não é assim tão evidente a distinção entre higienistas e eugenistas. Ainda que os primeiros tivessem por pressuposto uma perspectiva sanitaria, enquanto eugenistas como Renato Kehl em certos momentos permaneceram mais apegados à noção de raça e mesmo preocupados com a miscigenação.

O estudo em torno das idéias de Vasconcellos demonstra ainda outra questão com as quais elas fizeram-se relacionadas. Qual seja, a direção da Seção de Leite. Conforme vimos, suas proposições, além de resposta aos debates e disputas em torno dos problemas raciais ou de saúde e saneamento, fizeram-se também relacionadas com sua atuação à frente daquele órgão público— desnecessário lembrar que muitos outros fatores, não abordados neste trabalho, tiveram talvez até um peso maior. E que, em certa medida falar em nome do futuro da pátria foi, ao mesmo tempo, fazer a defesa do futuro da Seção de Leite.

Por isso é importante ter-se em conta que, se generalizações do tipo: “os eugenistas pensavam as-

sim...”, ou: “o movimento sanitaria propôs...” apresentam relevância na tentativa de se compreender o papel e a atuação de um grupo, importa, não menos, compreender como os indivíduos portaram-se perante essas diretivas de ação, em diferentes momentos, sob diversas circunstâncias.

O pensamento de Aleixo de Vasconcellos e Renato Kehl evidenciam o quanto podem ser enganosas tais generalizações. Evidenciam, além do mais, seu caráter particular, fragmentado, incerto, conflitivo.

Talvez, mais que atribuir-lhes um rótulo, importa perceber-se suas várias trajetórias, que, no caso de Vasconcellos, dele fizeram um homem de ciência dedicado a diversos domínios. Um personagem que trilhou vários caminhos, não lineares, com seus recomeços e desvios de rota. E, na interseção de tantas trajetórias, foram se configurando e ganhando forma as diferentes maneiras pelas quais ele apropriou-se dos bens culturais ao seu alcance.

O pensamento eugenista e o higienismo foram por ele utilizados de forma singular. Não empregando tanto a expressão “regenerar”, mas afirmando “defender” — isto é, advogar a causa de, ou proteger — a raça, ele deu respostas às inquietações que mantinham ocupada a intelectualidade do período. Respostas que se adequavam, além do mais, aos interesses e necessidades do órgão público por ele dirigido.

Por isso, podemos afirmar que, se o seu perfil foi talvez mais nitidamente higienista, as proposições eugenistas não deixaram de ter peso em suas idéias. Afinal, ele, tanto quanto os eugenistas, afirmou ser seu desejo que o brasileiro se fizesse uma raça sadia, forte, produtiva, capaz de construir uma nação moderna e civilizada. Ele, tanto quanto qualquer eugenista do período, preocupou-se em trabalhar para que o homem brasileiro legasse à sua prole características superiores, e que com isso se construísse uma nação vigorosa. A hereditariedade em nome dos destinos da nação constitui-se assim em tema que perpassou boa parte de suas reflexões. Tanto quanto a dos defensores da eugenia.

O fato é que, as idéias, como qualquer outra instituição, são vivas. Tendem não ao imobilismo, mas ao movimento e à transformação, e respondem a interesses e conflitos que não são apenas de natureza intelectual. Por isso, eugenia, no Brasil da Primeira Repú-

blica – e, por certo, em qualquer outro contexto – não é algo definido, acabado. Nas mãos de diferentes agentes e sob a influência de diferentes instituições, ela tende a assumir feições diversas e nunca definitivas.

Por isso, Vasconcellos foi e não foi eugenista. Ora, se comparadas às idéias originalmente defendidas por Francis Galton, em meados do século XIX, ele, seguramente, não foi eugenista. Por outro lado, se observadas as alterações, adaptações e distorções que aquela ciência sofreu no Brasil, a situação torna-se outra e a resposta já não pode ser dada assim de maneira tão simples. Também Kehl, pudemos constatar, não revelou nem constância, nem absoluta coerência em suas idéias, em alguns momentos citando Galton, outros refutando-o.

Portanto, mais que atribuir a Vasconcellos um rótulo rígido, como o de eugenista, o que nos interessou foi, no interior de um contexto bem delimitado – a Seção do Leite –, perceber as práticas e representações, as táticas e estratégias, a descontinuidade e a inventividade, bem como os interesses e necessidades que sua trajetória nos revela. E que, conforme exemplificado também por Kehl, não são exclusividade sua.

REFERÊNCIAS

- 1 BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996, p. 74-82.
- 2 BRASIL. Decreto n. 14.711, de 05 de março de 1921. Dá novo regulamento ao Serviço de Industria Pastoral. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1921**, v. 3 (Actos do Poder Executivo - março e abril), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. 66-134, 1922.
- 3 CASTRO SANTOS, L. A. de. O pensamento sanitaria da Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. In: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.
- 4 CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- 5 CASTAÑEDA, L. A. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia. **Episteme**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 23-48, 1998.
- 6 CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- 7 _____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.
- 8 CONFERENCIA NACIONAL DE LEITE E LACTICINIOS, 1, 1925, Rio de Janeiro. **Annaes**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Artes Graphicas, 1926.
- 9 CONGRESSO NACIONAL DOS PRATICOS, 1., 1922, Rio de Janeiro. **Livro do congressista**. Rio de Janeiro: Sociedade de Medicina e Cirurgia, 1922.
- 10 DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil**: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999.
- 11 DIARIO DE MEDICINA, Rio de Janeiro, n. 18, 24 dez. 1924.
- 12 FALCON, F. História das idéias. In: **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 1. reimpr. São Paulo: Campus, 1997, p. 91-125.
- 13 FERNANDES, J. A. Darwinismo social. In: SILVA, F. C. T. da; MEDEIROS, S. E.; VIANNA, A. M. **Dicionário crítico do pensamento da direita**: idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: Mauad, 2000, p. 120-122.
- 14 HOCHMAN, G. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.
- 15 KEHL, R. Da eugenia e o futuro do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFANCIA, 1., 1922, Rio de Janeiro. **Theses officiaes, memorias e conclusões**. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora, 1925, p. 870-884.
- 16 _____. O médico e o culto da raça. **Brazil Medico**, Rio de Janeiro, ano 37, n. 3, v. 1, p. 35-36, 20 jan. 1923.
- 17 _____. **Pais, médicos e mestres**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.
- 18 LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.
- 19 LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto movimento sanitaria da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 23-40.
- 20 LIMONCIC, F. Eugenia. In: SILVA, F. C. T. da; MEDEIROS, S. E.; VIANNA, A. M. **Dicionário crítico do pensamento da direita**: idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: Mauad, 2000, p. 158-159.
- 21 MARQUES, V. R. B. **Eugenia da disciplina**: o discurso médico-pedagógico nos anos 20. Campinas, 1992. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- 22 MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**: sanitaria e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

- 23 NEIVA, A. **Daqui e de longe**: chronicas nacionaes e de viagem. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- 24 PEREIRA NETO, A. de F. Identidades profissionais médicas em disputa: Congresso Nacional dos Práticos, Brasil (1922). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 399-409, abr./jun. 2000.
- 25 _____. **Ser médico no Brasil**: o presente no passado. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- 26 ROCHA, H. H. P. Educação escolar e higienização da infância. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 39-56, abr. 2003.
- 27 SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- 28 SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- 29 STANCIK, M. A. **Aleixo Nóbrega de Vasconcellos**: um “homem de ciência” e a educação higiênica no Brasil dos anos 1920. Curitiba, 2002. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.
- 30 STEPAN, N. Eugenics in Brazil (1917-1940). In. ADAMS, M. B. (Org.). **The welborn science**: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia. New York: Oxford University Press, 1990.
- 31 VASCONCELLOS, A. de. Leite: o melhor dos alimentos. **Leite e Lactínicos**: revista bimestral de medicina, hygiene, microbiologia, chimica, zootechnia e technologia, consagrada ao estudo do leite e seus derivados, Rio de Janeiro, ano 3, n. 15, p. 67-70, dez. 1924a.
- 32 _____. O “Lunch” nas escolas primarias: seu valor educativo, social e higienico. **Brazil-Medico**, Rio de Janeiro, ano 38, v. 2, n. 11, p. 163-166, 13 set. 1924b.
- 33 _____. Luta contra o analphabetismo. In: CONGRESSO NACIONAL DOS PRÁTICOS, 1., 1922, Rio de Janeiro. **Actas e Trabalhos**. Rio de Janeiro: Publicações Científicas, 1923, p. 475-486.
- 34 _____. A metrópole do leite. In: **Leite e Lactínicos**: revista bimestral de medicina, hygiene, microbiologia, chimica, zootechnia e technologia, consagrada ao estudo do leite e seus derivados, Rio de Janeiro, ano 2, n. 12, p. 175-177, jun. 1924c.
- 35 VILHENA, C. P. de S. Práticas eugênicas, medicina social e família no Brasil republicano. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 79-96, jan./jun. 1993.